

A DEMOCRACIA ATENIENSE: FILHA DE SUA HISTÓRIA, FILHA DE SUA ÉPOCA

Prof. Ms. Luciano Rosset

Resumo: *O presente trabalho investiga o surgimento e as principais características da democracia ateniense que, enfatizada pelo governo de Péricles, fez Atenas atingir no século V a.C., o grau mais alto de estabilidade política, registrado em sua história, repercutindo em prosperidade nos mais diversos campos da sociedade ateniense.*

Palavras-chave: *Democracia, política, bem comum, cidadania.*

Abstract: *The present work looks into the arising and the main characteristics of the Athenian democracy that, emphasized by Pericles's government, made Athens reach, in the 5th century B.C., the highest degree of political stability, recorded in its history, reflecting in prosperity in the most several fields of the Athenian society.*

Key-words: *Democracy, politics, common good, citizenship.*

INTRODUÇÃO

Fizeram-me a seguinte pergunta: o que é um professor? Respondi: professor é um estudante brincando de ensinar. A pergunta é pertinente e a resposta também. Ninguém nasce sabendo, a sabedoria é um processo moroso e aquisicional, que torna o homem um eterno estudante. O que desconhecemos excede o que conhecemos.

O ensino relaciona-se com a aprendizagem. Trata-se da arte de transmitir, de forma adequada, um saber adquirido. Neste sentido, a expressão: o professor é um estudante brincando de ensinar, procede. A sabedoria não é uma luz que somente transforma feras em homens, mas pode como consequência, transformar homens em educadores.

O presente trabalho é importante para a minha profissão de educador que transita entre a Filosofia e a História. Nenhum professor ensina com propriedade e coerência aquilo que desconhece. Precisei estudar aquilo que ensino. Mas então, vamos à democracia ateniense: filha de sua história, filha de sua época.

O tema de pesquisa deste trabalho é o surgimento da democracia ateniense que, enfatizada pelo governo de Péricles, fez Atenas atingir no século V a.C., o grau mais alto de estabilidade política de uma Cidade-Estado grega repercutindo em prosperidade nos mais diversos campos de sua cultura: artístico, social, econômico e militar.

O século V a.C. é tido como o século de ouro da história de Atenas, favorecido pelo governo de Péricles e por um período privilegiado de paz, entre as Guerras Médicas e a do Peloponeso. A prosperidade política de Atenas não foi fruto do determinismo dos deuses gregos, nem do acaso. Trata-se de um processo histórico que remonta-se às suas origens.

A história política de Atenas começou com a Monarquia. Nela, o rei acumulava as funções de sacerdote, de juiz e de chefe militar. A Monarquia foi rapidamente substituída pela Oligarquia, marcando a passagem do poder do rei para a aristocracia dos Eupátridas. O rei permaneceu apenas com as atribuições religiosas.

Na Oligarquia, surgiram os grandes legisladores: Drácon e Sólon. O primeiro elaborou um código de leis e o segundo realizou importantes reformas, criando condições históricas para o posterior surgimento da Democracia. Após as mudanças de Sólon, Atenas passou por grandes agitações políticas culminando com o surgimento da Tirania.

A última forma de governo de Atenas foi a Democracia idealizada por Clístenes e aprimorada por Péricles. A democracia ateniense era exercida diretamente pelo cidadão, isto é, sem mediação. O cidadão ateniense era ao mesmo tempo eleitor e político. Contudo, devido ao número restrito de cidadãos, tratava-se de uma democracia para poucos.

A época de Péricles corresponde ao apogeu da democracia ateniense, atingindo o desenvolvimento mais harmonioso de sua história. O estadista esteve à frente da Cidade-Estado de Atenas mais de trinta e cinco anos, o que lhe permitiu o controle de suas instituições e ser o comandante supremo de suas forças físicas e espirituais.

A estabilidade da democracia ateniense ocorreu pela grande participação dos cidadãos na política de Atenas e porque essa política satisfazia os interesses dos próprios cidadãos atenienses. A participação política dos cidadãos à democracia foi ampliada pela *mistoforia*, aprimoramento mais significativo de Péricles à democracia ateniense.

A falta de remuneração pelos serviços do júri dava aos abastados influência predominante. Em 451, Péricles instituiu o pagamento de um *misthós* de dois óbolos, mais tarde elevado a três como remuneração diária dos jurados, quantia equivalente a meio dia do salário comum de um trabalhador ateniense da época.

O estadista morreu em 429 a.C, vítima de uma febre lenta, dois anos e seis meses antes do início da Guerra do Peloponeso quando Atenas mais necessitava de sua experiência. A Guerra do Peloponeso, cuja história Tucídides escreveu durou vinte e sete anos, e significou a ruína da prosperidade democrática de Atenas.

O destino de uma cidade estava ligado à fortuna de um homem. A prosperidade democrática de Atenas coincide com a prosperidade do governo de Péricles.

1.1. A GRÉCIA ANTIGA

A Grécia localiza-se no Mediterrâneo Oriental, no sul da Península Balcânica. Trata-se de uma região extremamente montanhosa, com seu território constituído por 80% de montanhas e 20% por planícies pequenas e de pouca fertilidade. Contudo, sua localização não lhe trouxe somente dificuldades, mas também privilégios.

A localização geográfica da Grécia é privilegiada, está próxima ao Mar Mediterrâneo que, por sua vez, foi importantíssimo para o desenvolvimento dos povos da Antigüidade e da própria Idade Média. O controle do Mar Mediterrâneo proporcionou aos romanos o domínio do comércio da região

e facilitou sua expansão militar. Devido à importância do Mar Mediterrâneo, os romanos o chamavam de *mare nostrum*.

O Mar Mediterrâneo favoreceu a atividade comercial marítima na Grécia Antiga como alternativa para suprir o que a terra lhe privava: a produção quantitativa de gêneros alimentícios conforme a necessidade. A pequenez e a infertilidade das planícies gregas tornaram a produção agrícola insuficiente para atender a necessidade de consumo. O relevo impedia a produção adequada de alimentos, na mesma proporção da demanda.

Qual foi a solução encontrada pelos gregos?

A alternativa foi o comércio através do Mar Mediterrâneo que proporcionou o surgimento de uma classe de comerciantes ricos. Apesar de tal prosperidade, a atividade comercial era mal vista na Grécia Antiga, pois a aristocracia¹ valorizava a posse da terra, em detrimento de qualquer outra atividade econômica.

Resultante das aventuras da invasão, dos combates da conquista e dos compromissos do estabelecimento, a antiga sociedade fora antes de tudo rural. O ideal do homem, cujo vigor encontra expressão em numerosos indícios, alguns dos quais destinados à longa sobrevivência, era a independência econômica, condição da independência moral: não depender do capricho de um cliente ou de um empregador, a fim de poder trabalhar ou flânar à vontade. Este ideal só era realizável para os grandes proprietários, e estes só podiam ser os mais fortes na guerra – ou os descendentes dos mais fortes – e, ao mesmo tempo, os mais ricos. A posse do solo era, com efeito, a forma quase única da riqueza. (AYMARD e AUBOYER, 1977: 60).

As condições geográficas não contribuíram somente para o desenvolvimento econômico, mas também para a constituição de uma das principais características da Grécia Antiga. O relevo montanhoso dificultava a comunicação entre as sociedades fixadas nas planícies proporcionando o seu isolamento. O resultado foi o surgimento de sociedades com organizações religiosas,

¹ Aristocracia é uma palavra de origem grega composta por *aristoi*, “melhores”, e *cracia*, “poder”, é a forma de governo em que o poder é exercido pelos “melhores”.

sociais, jurídicas, políticas, econômicas e militares autônomas, denominadas de Cidades-Estado ou Pólis, dentre as quais, a famigerada Atenas.

A cidade – Pólis, em grego – é um pequeno Estado soberano que compreende uma cidade e o campo ao redor e, eventualmente, alguns povoados urbanos secundários. A cidade se define, de fato, pelo povo – demos – que a compõe: uma coletividade de indivíduos submetidos aos mesmos costumes fundamentais e unidos por um culto comum às mesmas divindades protetoras. Em geral, uma cidade ao formar-se, compreende várias tribos; a tribo está dividida em diversas fraternias e estas em clãs, estes, por sua vez, compostos de muitas famílias no sentido estrito do termo (pai, mãe e filhos). A cada nível, os membros desses agrupamentos acreditam descender de um ancestral comum, e se encontram ligados por estreitos laços de solidariedade. As pessoas que não fazem parte destes grupos são estrangeiros na cidade e não lhes cabe nem direitos, nem proteção. (FURNARI, 2007: 25).

A autonomia das Cidades-Estado faz da Grécia Antiga não um país, mas uma região geográfica formada por países do tamanho de uma cidade.

1.2. O PROGRESSO POLÍTICO DE ATENAS

Atenas é uma Cidade-Estado grega de origem jônica, localizada na Ática. Possui relevo montanhoso, planícies pequenas e pouco férteis. Os atenienses não gostavam do comércio, mas foram obrigados a praticá-lo devido às condições geográficas. No decorrer do século VI a.C., Atenas passou a destacar-se no conjunto das outras Pólis:

A economia transformou-se. Constituiu-se uma classe muito sólida, e economicamente independente, de camponeses médios que produzem para a sua alimentação e vendem vinho, azeite, frutas e legumes. No mercado mediterrâneo, a indústria cerâmica de Atenas assume o primeiro lugar. Já existe uma marinha mercante. A moeda, agora cunhada abundantemente, possui boa reputação, justificada pela regularidade de seu peso e por seu alto teor de prata. O declínio das cidades gregas da Ásia Menor, após a conquista persa, torna-se inapelável

depois da repressão de sua revolta por Dario I e deixa livre no tráfico do Mar Egeu e para as relações com as regiões do Mar Negro, o Egito e o Ocidente, uma posição de que Atenas principia a apropriar-se. Não se pode falar ainda em supremacia econômica. Mas seu florescimento já se manifesta. (AYMARD e AUBOYER, 1977: 71).

O predomínio do comércio mediterrâneo, do artesanato, das técnicas de fabricação, fez diminuir o prestígio das famílias proprietárias de terras e surgir uma classe de comerciantes ricos, dispostos a alcançar pontos de poder e de prestígio, antes exclusivos do velho poderio da aristocracia de terras e de sangue.

A organização política da sociedade ateniense permitia a sucessão dos grupos economicamente ricos no poder, o que fazia de Atenas, do ponto de vista político e econômico, uma sociedade extremamente dinâmica. Neste período, Atenas possuía as seguintes características estruturais:

1. Economia fundada no comércio marítimo;
2. sociedade dinâmica;
3. política: democracia.

A democracia ateniense é fruto de um processo histórico que remonta-se às suas origens, passando por quatro formas de governo:

1. Monarquia; Drácon;
2. Oligarquia: nomeação de legisladores
3. Tirania; Sólon;
4. Democracia.

A primeira forma de governo de Atenas foi a Monarquia. Nela, o rei acumulava as funções de sacerdote, de juiz e de chefe militar. A Monarquia rapidamente foi substituída pela Oligarquia, onde a autoridade do rei passou para a aristocracia dos Eupátridas. O rei permaneceu apenas com as atribuições religiosas.

Na Oligarquia, existiu a nomeação de legisladores, Drácon e Sólon. Drácon elaborou um código de leis, numa tentativa de instituir um direito comum a todos e pôr fim à prática de vingança entre as famílias aristocrá-

ticas². Sólon, por sua vez, que é considerado “o legislador por excelência” de Atenas, procurou obter o apoio popular.

A aristocracia, após derrubar o rei, monopolizou o governo de Atenas e procurou apossar-se de todas as terras cultiváveis dos pequenos proprietários, emprestando dinheiro e apossando-se de suas terras até que saldassem suas dívidas. O povo reclamou reformas políticas e, em 594, Sólon foi eleito arconte e encarregado das reformas.

A estratégia de Sólon foi a realização de mudanças na estrutura da sociedade ateniense, em direção aos anseios da população. Por esse motivo, estabeleceu:

1. Igualdade de todos perante a lei;
2. abolição das dívidas dos pequenos proprietários;
3. plano censitário: divisão do povo de acordo com a renda.

Apesar de tal divisão social ter favorecido diretamente a aristocracia, foi um grande avanço em direção à democracia:

Mas o fato de que essa classificação se tenha feito, a partir de então, em função da fortuna e não do nascimento - o que explicava antes de mais nada, a divisão dos privilegiados em duas classes distintas – revela não apenas uma profunda alteração das mentalidades, mas também a vontade de Sólon de substituir, por novos critérios, os antigos costumes aristocráticos. É certo que, ainda assim, isto não resultava, de imediato, senão no fortalecimento da autoridade da aristocracia, uma vez que o exercício da magistratura era-lhe exclusivo do mesmo modo que somente ela tinha competência para administrar justiça, em virtude de um novo código de leis instituído por Sólon. No entanto, ao codificar uma autoridade que até então, poder-se-ia dizer, baseava-se no direito divino, Sólon fixava-lhe limites aos quais a evolução ulterior daria pleno significado. (MOSSÉ, 1982: 15).

² Cf. MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. Trad. João Batista da Costa. 2. ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 13.

A divisão da sociedade ateniense, não mais em função do nascimento, mas pela fortuna, permite a possibilidade da diminuição do prestígio das famílias dos grandes proprietários de terras. A atividade comercial marítima proporcionou o surgimento de uma nova classe de abastados: os comerciantes que estavam dispostos a alcançar pontos de prestígio e de poder, antes exclusivos ao nascimento e à riqueza agrária.

A partir da proposta de Sólon, a riqueza oriunda do comércio pelas águas do Mar Mediterrâneo, possibilitaria a ascensão social dos cidadãos atenienses que, apesar de serem cidadãos, eram pequenos proprietários de terra, pobres e descendentes indiretos dos primeiros jônios que fixaram morada na região.

Após a reforma de Sólon, Atenas passou por um longo período de agitações que culminou com a Tirania, exercida por Pisístrato.

A tirania era uma forma de governo que reunia características monárquicas e democráticas: monárquicas porque o tirano possuía autoridade ilimitada, sustentado por uma guarnição de soldados mercenários; democráticas porque para conquistar o poder, o tirano procurava o apoio das classes inferiores, diminuindo os privilégios da aristocracia e trabalhando pelo bem-estar e prosperidade do povo. Com o governo de Pisístrato, inicia-se a grandeza política, econômica e intelectual de Atenas. Os filhos do tirano, Hiparco e Hípias, foram os seus sucessores, mas o primeiro foi assassinado (514) e o segundo deposto e banido de Atenas (510). (JARDÉ, 1977: 167).

O último período da organização política de Atenas é a Democracia, cujo modelo foi instituído pelas reformas de Clístenes:

Apesar das mudanças ocorridas no tempo de Sólon e de Pisístrato, os aristocratas continuavam politicamente muito poderosos: as famílias sob seu comando, gens e tribos, ainda controlavam boa parte da política ateniense, decidindo sobre a vida pública e os assuntos da religião. Para mudar essa situação, Clístenes, estadista da importante família dos alcmeônidas, procurou tirar das mãos destes grupos familiares a maior parte de seus privilégios políticos, minando o poder aristocrático ao reagrupar as tribos e mudar o sistema de voto e representação política.

As antigas quatro tribos hereditárias foram substituídas por dez tribos definidas por seu território geográfico, a bulé passou de quatrocentos a quinhentos membros, escolhidos por sorteio, o campo foi dividido em trítias (três por tribo), cada uma com um certo número de demos. A partir daí, todo cidadão estava alistado em um demos e podia votar na assembléia. (FUNARI, 2007: 35).

As mudanças de Clístenes não se restringiram à organização política, a partir da nova divisão social de Atenas. O estadista realizou mudanças na própria estrutura do Estado: ampliou o número dos membros do conselho para 500, 50 por tribo; entregou o comando do exército aos dez estrategos que, pouco a pouco, foram substituindo os arcontes na administração do poder executivo da Cidade-Estado de Atenas.

A crise das Guerras Médicas contribuiu para consolidar o regime democrático. Todos os partidos aceitaram as reformas e se uniram contra o inimigo comum: os persas³.

1.3. A DEMOCRACIA ATENIENSE

A palavra democracia, originalmente grega, possui um significado político. É composta de duas outras: *demo* e *cracia*. *Demo* quer dizer “povo” e *cracia* “poder”. Democracia significa “poder do povo”, “forma de governo”, “governo do povo, pelo povo e para o povo”⁴. Na Cidade-Estado de Atenas, a democracia era o exercício do poder político pelo povo e para o povo sem qualquer mediação.

A famigerada democracia ateniense tinha por base a idéia de utilização do Estado para atender às necessidades do povo. Tudo girava em função de seu bem-estar e prosperidade. O cidadão se identificava com o Estado

³ Entre 498 e 448 a.C., os gregos e os persas envolveram-se em um conjunto de batalhas conhecidas como Guerras Greco-Pérsicas ou Guerras Médicas, pelo domínio da Ásia Menor. A expansão persa em direção à Ásia Menor era incompatível com os interesses comerciais gregos. No final do conflito, os persas, derrotados e enfraquecidos, foram conquistados pelos macedônios, sob o comando de Alexandre, o Grande.

⁴ Cf. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. coord. e rev. por Alfredo Bosi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 277.

e este, com o cidadão, numa tentativa de assegurar a independência e a liberdade da coletividade e do indivíduo.

A grandeza e a prosperidade de Atenas estão associadas à democracia implantada por Clístenes e aprimorada por Péricles. A partir do estabelecimento da democracia, Atenas surgiu como a mais segura garantia da paz e da liberdade do Mar Egeu passando a reunir diante de si, várias cidades gregas, as quais reconheciam sua hegemonia.

1.4. AS CARACTERÍSTICAS DA DEMOCRACIA ATENIENSE

Essencialmente, as características da democracia ateniense resumem-se em:

1.4.1. PARTICIPAÇÃO DIRETA

Em Atenas, o cidadão exercia a democracia diretamente. O fundamento da democracia ateniense era a igualdade de todos perante a lei. Bastava ser cidadão para ter o direito de tomar parte das decisões políticas, participar das assembléias, fazer uso do direito da palavra, sentar-se no conselho e exercer a maioria das magistraturas.

Os cidadãos atenienses tinham fundamentalmente três direitos democráticos:

1. Liberdade individual;
2. igualdade de todos os cidadãos perante a lei;
3. falar na assembléia.

Apesar de ser direta, a igualdade democrática ateniense, era apenas teórica. Na prática, tratava-se de uma democracia para poucos.

1.4.2. EXCLUSIVIDADE AOS CIDADÃOS

Até a lei de Péricles, instituída em 450, para ser cidadão bastava ser filho de pai ateniense, ser do sexo masculino e maior de 21 anos. A lei de Péricles colocou maior restrição à democracia. A partir daí, somente as crianças do sexo masculino, nascidas de dois pais cidadãos seriam cida-

dãos atenienses. A mulher ateniense permaneceu sem o direito à cidadania, limitação imposta por uma sociedade patriarcal.

O cidadão ateniense devia ser livre, competente e estar sempre disponível para servir o Estado, quando requisitado. Nenhum indivíduo que estivesse sujeito a outro, ou dependesse de seu trabalho para viver, podia ter tempo ou capacidade para as funções políticas da Cidade-Estado de Atenas. A solução para atender a tais exigências, foi o trabalho escravo.

A sociedade ateniense estava dividida em três grupos sociais:

Os cidadãos – eram os únicos que gozavam de todos os direitos civis e políticos. Era cidadão todo filho nascido de pai e de mãe ateniense. O número dos cidadãos variou de 20 a 30.000, aproximadamente. Para os antigos era um número bastante alto, principalmente levando em conta a situação das outras cidades gregas. Os atenienses concediam o direito de cidadania muito raramente: só em casos excepcionais, como o dos plateeses depois da ruína de sua cidade ou o dos escravos que haviam lutado nas ilhas Arginusas. As concessões individuais eram ainda mais raras; muitas vezes, houve revisão geral das listas dos cidadãos para eliminar os que estavam inscritos indevidamente.

Os metecos – Atenas era muito acolhedora para com os estrangeiros. Os estrangeiros que se estabeleciam na Ática formavam a classe dos metecos. O meteco não fazia parte da cidade, portanto não tinha nem direitos civis nem políticos. Não podia contrair casamento legal nem tornar-se proprietário de terras. Estava sujeito a uma taxa especial, o métoikon. Devia ter um cidadão ateniense como responsável e patrono (prostátes, senão estava arriscado a ser processado (graphè aprostásíou) e a acabar como escravo. Entretanto, os metecos tinham um lugar oficial em Atenas. Participavam dos encargos públicos, eram obrigados ao serviço militar, assistiam às festas religiosas. Em virtude de serviços prestados ao Estado, podiam ser dispensados das obrigações especiais dos metecos e obter a igualdade dos direitos civis: nesse caso eram chamados isoteleís. Os metecos dedicaram-se principalmente à indústria e ao comércio. Eram defensores da democracia que os protegia e lhes concedia

favores. Sua situação pessoal, às vezes, permitia-lhes exercer uma influência política indireta.

Os escravos – em Atenas, os escravos eram muito numerosos: no fim do século IV, chegavam a mais ou menos 400.000. O escravo pertencia integralmente ao seu amo, mas, graças à brandura dos costumes atenienses, era mais bem tratado do que em qualquer outro lugar. A lei protegia-o até contra o próprio dono que não podia matá-lo e era forçado a vendê-lo caso o escravo o denunciasse por maus-tratos. Os aristocratas chegavam a queixar-se de que era impossível distinguir à primeira vista, um escravo de um homem livre.

O escravo podia ser libertado. O liberto (apeleútheros) passava para a classe dos metecos, mas continuava devendo algumas obrigações ao antigo dono que se tornava o seu patrono. Caso não cumprisse com essas obrigações, incorria em acusação de abandono (graphè aprostásíou) e podia voltar à antiga condição servil. (JARDE, 1977: 170-171).

A democracia era estendida somente para os cidadãos e restrita aos estrangeiros, mulheres e escravos. Os metecos não tinham o direito à participação democrática, podiam morar em Atenas, mas por serem desenraizados estavam desprovidos da cidadania. Nenhum cidadão podia estar dividido entre o bem de Atenas e o de sua antiga pátria.

Os metecos viviam em Atenas como os cidadãos atenienses, apenas privados de participação política. Seus filhos freqüentavam as mesmas escolas e recebiam a mesma educação dos filhos dos cidadãos. Estavam submetidos às mesmas obrigações militares, fiscais, religiosa e moral. Contudo, não podiam adquirir terras, nem contrair casamento reconhecido pelas leis atenienses.

A sociedade ateniense era escravista e assentou sua democracia sobre a escravidão. Sem a existência do ócio para os cidadãos se dedicarem aos interesses políticos, não existiria democracia. Portanto, a democracia ateniense tornou-se uma realidade mediante o trabalho escravo, este criou condições materiais para os cidadãos se dedicarem à política.

1.4.3. INSTITUIÇÃO DO OSTRACISMO

Este foi um mecanismo criado por Clístenes para evitar o retorno da tirania. Mas o que era o ostracismo? O termo ostracismo deriva da palavra grega *ostrákon*, caco de terracota onde cada cidadão, ao votar devia inscrever pessoalmente o nome do cidadão que desejava banir, a bem da Cidade-Estado de Atenas.

Tratava-se de uma forma de exílio político em que todo cidadão de Atenas, considerado nocivo à democracia, era julgado pela *ecclésia*⁵ e, se considerado perigoso, exilado por 10 anos, sem perder seus bens. O ostracismo foi uma medida preventiva contra os partidários da tirania e a qualquer cidadão que colocasse em risco o bom funcionamento das instituições democráticas atenienses.

O modelo democrático criado por Clístenes, foi aperfeiçoado por Péricles que além de avanços desenvolvidos no campo da política, estimulou a literatura e a filosofia, viabilizou a construção de monumentos públicos como, por exemplo, o *Partenon*, fez Atenas tornar-se líder da Confederação de Délica e realizou projetos de embelezamento da Cidade-Estado de Atenas que lhe parecia a legítima capital de um grande império.

Péricles conduziu a Cidade-Estado de Atenas ao momento de maior prosperidade, glória e esplendor de sua história.

1.5. PÉRICLES

O comandante supremo das forças físicas e espirituais de Atenas foi Péricles, de origem aristocrata, tanto por parte de pai como de mãe. Nasceu em 499 a.C e teve uma educação primorosa. Seu pai, Xantipo, foi o general vencedor da batalha de Mícale e sua mãe Agariste, era sobrinha do precursor da democracia ateniense, Clístenes.

Agariste, no final de sua gravidez, sonhou que havia parido um leão e poucos dias depois, nasceu Péricles. O estadista nasceu com dolicocefalia, motivo de anedotas por parte de seus motejadores. Contudo, foi um dos

⁵ Assembléia popular de Atenas.

homens mais completos que a Grécia produziu, tido como o governante mais sábio de Atenas.

A política era o destino de Péricles tanto pelas condições históricas da época, bem como, pelo seu nascimento e pela sua formação intelectual que reunia conhecimentos de economia, militarismo, literatura, arte e filosofia, aplicados com sabedoria e maestria na administração do governo de Atenas.

Na juventude, Péricles foi discípulo de Zenão de Eléia e de Anaxágoras:

À semelhança de Clístenes, seu tio-avô, Péricles não era apenas um jovem nobre, ávido de glória. Gostava de se ver cercado por homens de pensamento e, na juventude, fora discípulo de Zenão de Eléia e de Anaxágoras. Com o primeiro aprendera a concatenar o raciocínio e a sutileza do discurso; com o segundo, a idéia de que todo fenômeno é explicável, que há ligações lógicas entre os fatos e que o governo da cidade e a condução de uma guerra não são produtos do acaso e da impulsão do momento, mas fruto de longa reflexão. (MOSSÉ, 1982: 36).

Péricles ligou-se desde jovem, ao partido democrático e lançou-se à política e a seus problemas com meticuloso preparo, falando pouco e raramente, mas quando o fazia, não pronunciava nenhuma palavra inútil. Os poetas cômicos da época referiam-se a Péricles como “o Olímpo” manejador do trovão e do raio.

A razão do prestígio de Péricles era o fato de sua autoridade resultar da consideração de que gozava e de suas qualidades de espírito, além de uma admirável integridade moral; ele podia conter a multidão sem lhe ameaçar a liberdade, e conduzi-la ao invés de ser conduzido por ela, pois não recorria à adulação com o intuito de obter a força por meios menos dignos; ao contrário, baseado no poder que lhe dava a sua alta reputação, era capaz de enfrentar até a cólera popular. Assim, quando via a multidão injustificadamente confiante e arrogante, suas palavras a tornavam temerosa, e quando ela lhe parecia irracionalmente amedrontada, conseguia restaurar-lhe a confiança. Dessa forma Atenas, embora fosse no nome uma democracia, de fato veio a ser governada pelo primeiro de seus cidadãos. (TUCÍDIDES, 1986: 111).

A vida submeteu Péricles a duras provas. Com poucos dias de intervalo, teve sua irmã e seus dois filhos legítimos Xantipo e Páralo mortos pela peste que dizimou um quarto da população de Atenas. Além disso, teve seus amigos, vida pessoal e pública, duramente atacados pelos seus adversários políticos.

O estadista morreu em 429 a.C, vítima de uma febre lenta, dois anos e seis meses depois do início da Guerra do Peloponeso quando Atenas mais necessitava de sua experiência. A Guerra do Peloponeso, cuja história Tucídides escreveu, durou vinte e sete anos e significou a ruína da prosperidade de Atenas⁶.

A Guerra do Peloponeso foi um conflito, no qual as cidades gregas defrontaram-se na retaguarda das duas maiores, Esparta e Atenas. A rivalidade entre Esparta e Atenas decorre da oposição entre dórios e jônios, entre governos - uma aristocracia e uma democracia - e entre política externa: um império marítimo e um império continental.

1.6. ASPÁSIA: A ESPOSA ESTRANGEIRA

Aspásia, que significa *amada*, era filha de Axíoco. Nasceu em Mileto, uma das cidades mais florescentes do litoral Jônico, pátria de Tales, de Anaximandro e de Anaxímenes, filósofos da Escola de Mileto. Os documentos não precisam a data e as razões que levaram Aspásia a sair de Mileto e fixar morada em Atenas. Sabe-se, porém, que chegou em Atenas por volta de 450 a.C e abriu uma escola de retórica, procurando elevar o valor da mulher. Aspásia passou a se relacionar afetivamente com o estadista Péricles que foi seduzido pelo saber, engenho, graça e beleza da milésia.

No começo, Péricles a tomou como amante. Após seu divórcio por desejo mútuo com sua esposa, passou a viver abertamente com Aspásia. Mas, será que Péricles casou-se com a milésia, como defendem os modernos apologistas de Aspásia?

⁶ A Guerra do Peloponeso durante mais de um quarto de século, de 431 a 404 a.C. Para maior aprofundamento desse conflito, a leitura de: TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

O fato é, ao menos, improvável. Em Atenas, um cidadão era perfeitamente livre para viver com uma cortesã fosse ela quem fosse. Mas a lei proibia formalmente que se casasse com uma estrangeira. Não o podia fazer senão em virtude de um falso testamento, pois antes da cerimônia religiosa, tinha que executar uma formalidade legal. Se mais tarde se verificava que a disposição registrada pelo escrivão público era falsa, os dois esposo, considerados como cúmplices, corriam o risco de serem levados ante o dicastério. A lei estabelecia penas severas; a mulher era vendida como escrava; o marido tinha que pagar uma grande multa e perder os seus direitos cívicos; os filhos, declarados bastardos, ficavam privados do nome de atenienses. Alguns homens desconhecidos logravam, sem dúvida, com ajuda de falsos testemunhos, enganar o escrivão do registro civil sobre a nacionalidade da noiva, e, se não se mesclassem nas lutas políticas, não tinham muito que temer das investigações posteriores. Mas o mesmo não podia acontecer com personagens tão conhecidos como Péricles e Aspásia. Ainda que Péricles tivesse a certeza de que poderia fazer registrar uma disposição falsa, não desejaria fazer isto. Como chefe do partido estava constantemente exposto aos ataques e maquinações dos seus inimigos políticos. Nesta cidade, como não existisse o ministério público, qualquer cidadão podia intentar contra qualquer outro uma ação criminal. Que arma haveria proporcionado aos seus inimigos este matrimônio ilícito! (HOUSSAYE, 1995: 16).

O matrimônio foi negado a Aspásia pelas leis de Atenas. Qualquer filho que Péricles tivesse com ela, seria considerado ilegítimo e, conseqüentemente, privado da cidadania ateniense. Apesar de tal privação, ambos tiveram filhos e ela desfrutou de liberdade de pensamento e de conduta desconhecida entre as mulheres atenienses.

A milésia transformou-se na rainha sem coroa de Atenas:

Aspásia é a “Juno de Péricles Olímpico”. Reina em Atenas pela beleza e pelo espírito. Do gineceu antigo faz-se o salão moderno. Aspásia tem sua corte neste país que é uma democracia. Tem sua liberdade nesta cidade cujas leis e costumes impõem

às mulheres uma tutela permanente. Dirige os destinos desta cidade apesar de estrangeira. (HOUSSAYE, 1995: 11).

Péricles teve filhos com Aspásia, dentre os quais, um que se chamava Péricles e que poderia herdar a fortuna do pai, mas por ser filho de mãe estrangeira, estaria privado da cidadania ateniense. Triste ironia, pois foi o próprio Péricles quem fez aprovar a lei que restringia a cidadania aos filhos nascidos do casamento de cônjuges atenienses.

O destino político deste filho foi revertido quando a cidade de Atenas concedeu um decreto que o tornou cidadão ateniense. Em 406, este filho foi eleito estratega, mas teve um fim trágico. Apesar de ter sido vencedor dos lacedemônios na batalha naval de Arginusa, teve o mesmo destino dos outros cinco generais que comandavam tal campanha.

Os atenienses concederam honrarias pela vitória, mas os condenaram à morte por não terem socorrido os feridos e os naufragos. Os estrategos foram julgados na assembleia de Pnix e condenados⁷. Nesse julgamento, Sócrates, o antigo amigo de Péricles e de Aspásia, foi o único a protestar contra o procedimento de morte dos heróis.

Talvez isso não tivesse ocorrido se Péricles estivesse vivo. Triste destino, triste fim.

1.7. OS EMBATES POLÍTICOS

A história de Péricles foi marcada por grandes embates políticos e à exposição de sua vida, amigos e colaboradores. Os adversários políticos do estadista ateniense, receosos por seu prestígio e popularidade, resolveram atacar seus amigos: Dâmon, Fídias e Anaxágoras. O objetivo era enfraquecer e desacreditar Péricles.

⁷ Os gregos possuíam a crença de que o morto continuava a viver em seu túmulo e por isso, achavam que era necessário enterrar, junto com ele, todos os objetos que poderia necessitar, além de derramar sobre a tumba libações de vinho e de leite e imolar vítimas. O morto sepultado de acordo com os ritos fúnebres, tornava-se uma divindade benéfica, que deveria ser honrada através de cultos; ao contrário, privado da sepultura ou negligenciado pelos vivos, andava errante, miserável, tornando-se malfeitor. Por isso tal procedimento aos generais atenienses: ganharam a batalha, mas por negar sepultura e os ritos fúnebres, condenaram os mortos no combate a vagarem pela eternidade sem descanso e paz.

Dâmon, mestre e amigo de Péricles, foi acusado de usar sua música para fazer apologia à tirania, em favor do estadista. O acusaram de defender que a vontade de um homem esclarecido é a melhor forma de governo. O músico foi condenado e punido com o ostracismo. O escultor Fídias foi acusado de apropriação indevida de parte do ouro que deveria empregar na estátua criselefantina de Atena.

O vestido de ouro da estátua foi retirado e pesado. Fídias conseguiu comprovar sua inocência. Mas foi vítima de um segundo processo que o acusou de sacrilégio por ter gravado o seu retrato no escudo de Atena e de proxenetismo em favor de Péricles. O escultor, enfermo e entristecido, acabou morrendo na prisão, antes do término do processo.

Anaxágoras foi levado à justiça, acusado de impiedade: não crer nos deuses do Estado. O filósofo que professava abertamente que o sol era uma massa de fogo e que o trovão era um efeito do choque das nuvens, não compareceu ao julgamento. Aconselhado por Péricles, que temia por seu amigo, abandonou Atenas. Foi condenado por crime de rebeldia.

Os ataques contra Péricles não cessaram e acabaram por atingir Aspásia:

O mesmo que Anaxágoras, Aspásia foi também acusada de impiedade: tinha opiniões contrárias às crenças do Estado. Do mesmo modo que Fídias, foi também acusada de proxenetismo: atraía à sua casa cortesãs e mulheres casadas para entregá-las a Péricles. (HOUSSAYE, 1995: 24).

O julgamento de Aspásia foi realizado perante mil e quinhentos jurados. Péricles fez-lhe a defesa, pois a lei proibia que a mulher se defendesse. O estadista empregou toda sua eloquência e até mesmo lágrimas, conseguindo a absolvição da milésia. Finalmente moveram um processo de prestação de contas contra Péricles.

No verão de 430 a.C, o tribunal considerou Péricles culpado. Além de ser condenado a pagar uma pesada multa, perdeu suas funções de arconte que exercia por mais de trinta e cinco anos, pois havia sido eleito e reeleito, contribuindo diretamente para a glória, o esplendor, crescimento e prosperidade de Atenas.

A Guerra do Peloponeso deu oportunidade a que o próprio Péricles fosse atingido: responsabilizado pelas desgraças de Atenas, cujos campos tinham sido devastados pelos espartanos e cuja população era dizimada pela peste, Péricles foi acusado de traição e condenado à perda de seus direitos civis, justamente na ocasião em que a peste lhe roubava dois filhos. Comovido com tantas desgraças, o povo ateniense arrependeu-se das atitudes tomadas, e Péricles foi autorizado a legitimar os filhos que tivera com Aspásia, recuperou parte do poder e foi reeleito estrategista. Essa reabilitação foi efêmera, pois Péricles morreu, esgotado pela dor e pela doença. (JARDÉ, 1977: 56-57).

O estadista, manejador do trovão e do raio, morreu praticamente isolado e sem o devido reconhecimento por suas conquistas, em favor da glória, prosperidade e grandiosidade que a Cidade-Estado de Atenas havia conquistado sob seu governo.

1.8. PÉRICLES E A DEMOCRACIA ATENIENSE

A época em que Péricles esteve à frente do governo da Cidade-Estado de Atenas, correspondeu ao apogeu da democracia ateniense e da própria prosperidade social, cultural, política, militar e econômico de sua história. A estabilidade da democracia ateniense ocorreu por dois motivos preponderantes:

1. Participação dos cidadãos na política de Atenas;
2. política essa que satisfazia seus interesses.

A instituição da mistoforia foi o aprimoramento mais significativo de Péricles à democracia ateniense. A falta de remuneração pelos serviços do júri dava aos abastados influência predominante. Em 451, Péricles instituiu o pagamento de um *misthòs* de dois óbolos, mais tarde elevado a três, como remuneração diária dos jurados, quantia equivalente a meio dia do salário comum de um trabalhador da época.

A mistoforia é a remuneração pelas funções públicas, medida que favoreceu os cidadãos pobres à participação política de Atenas.

A partir do século V a.C., Péricles determinou o estabelecimento da “mistoforia”, isto é, do pagamento pelo Estado de uma indenização diária, o *misthòs* aos magistrados, membros do conselho, jurados dos tribunais populares e soldados mobilizados. Depois, no início do século IV a.C., o sistema foi estendido aos que participassem das sessões da assembléia do povo. Trata-se de permitir aos cidadãos pobres, sem que fossem reduzidos à miséria, consagrar seu tempo ao serviço da cidade e participar da vida pública tão comodamente como os cidadãos cujos recursos sólidos evitam a preocupação quotidiana com o orçamento doméstico. Além disso, o *misthòs* sempre foi pequeno, inferior ao salário de um bom trabalhador. (AYMARD e AUBOYER, 1977:119).

A remuneração pelas funções públicas foi ampliada. Péricles persuadiu o Estado a pagar a cada cidadão pobre, dois óbolos pelo comparecimento às representações, jogos e festas oficiais de Atenas, justificando que as mesmas, não poderiam constituir privilégios aos abastados, mas contribuir para a elevação do espírito de todos os cidadãos atenienses. Mais tarde, essa medida foi duramente criticada.

Platão, Aristóteles e Plutarco, comungando do mesmo posicionamento, teceram contundentes críticas contra a medida tomada por Péricles, afirmando que essa insignificante contribuição poderia com o tempo, corromper a índole ateniense. Os cidadãos poderiam ir a esses eventos culturais não pelo seu valor e, sim, pela remuneração.

Malefício ou não à índole ateniense, o certo é que a mistoforia e tais medidas aumentaram as despesas da Cidade-Estado:

As despesas do orçamento ateniense eram numerosas. Uma das mais onerosas era o pagamento de indenizações (*misthói*): dois óbolos, e depois, três óbolos a cada *heliasta* uma *dracma* a cada *buleuta*, três óbolos aos cidadãos que assistiam às sessões da assembléia; acrescenta-se ainda o salário dos funcionários inferiores e dos arqueiros da polícia. Na época de Péricles, cerca de 12.000 cidadãos recebiam do Estado uma indenização ou salário. Outra despesa análoga era o teórico (*theorikón*). Como o teatro era arrendado a um empresário que cobrava dois óbolos de cada espectador, o Estado era

obrigado a distribuir essa mesma soma aos cidadãos pobres, a fim de que estes pudessem assistir às representações dramáticas. Esse encargo se tornou ainda mais pesado quando essa distribuição se tornou extensiva a todas as festas oficiais. (JARDÉ, 1977: 177).

Apesar de tamanhos encargos, Atenas manteve suas finanças equilibradas. Os rendimentos da Cidade-Estado provinham das minas de prata, principalmente as de Láurion; dos impostos sobre as importações e exportações e das taxas pagas pelos metecos. Em caso de guerra, estabelecia-se um imposto sobre o capital de cada habitante de Atenas.

Para fornecer trabalho aos desempregados, Péricles os tomou a serviço do Estado. O estadista organizou a construção de navios para aumentar a frota naval, de arsenais e um grande reservatório de trigo no Pireu. Nessa época, enquanto o poderio militar de Esparta era por terra, o de Atenas era marítimo e, Péricles, fortaleceu-o.

1.9. A CONFEDERAÇÃO DÉLICA

As cidades gregas da Ásia e do Egeu, como medida de proteção contra a Pérsia, organizaram em 477, sob a liderança de Atenas, a Confederação Délica. As cidades permaneceram independentes, mas com uma sede na ilha de Delos, onde era guardado o tesouro dos confederados no templo de Apolo.

Atenas entrou na Confederação com seu poderio marítimo e, em pouco tempo, passou a exercer comando sobre os aliados que culminou com a transferência do tesouro de Delos para Atenas. Tal conquista foi realizada por Péricles sob o argumento de que Delos, por ser uma ilha, não tinha condições de proteger adequadamente o tesouro das cidades aliadas.

A Confederação Délica tornou-se o império ateniense:

No século V, o principal recurso do orçamento ateniense era o tributo (phóros) pago pelos aliados. Originalmente, esse tributo, fixado após um acordo com Atenas, conforme a riqueza de cada Estado, era recolhido pelos helenótamos (hellenotamíai) e depositado no templo de Apolo em Delos; nessa época chegava a 460 talentos por ano. Mais ou menos no ano de 460,

o tesouro foi transferido de Delos para Atenas e confiado aos tesoureiros da deusa Atena, passando a depender apenas do povo ateniense. O império foi dividido em cinco distritos, dirigidos por assessores da tributação, os *tactas* (*taktaí*). Os aliados pagavam o tributo aos *helenótamos*, na época de celebração das Grandes Dionisíacas. Em caso de atraso, Atenas enviava coletores (*eklogeífs*) que contavam com apoio de forças militares. A importância total era fixada pelo povo ateniense e repartida entre as várias cidades pela *bulé* com assessoria dos *tactas*. A lista era revista de quatro em quatro anos. O montante do tributo (*phóros*) variava bastante: entre 450 e 440 mais ou menos, tendeu a baixar, depois subiu; no começo da Guerra do Peloponeso, chegou a 600 talentos, quantia essa que ainda se tornou maior, e cada vez mais onerosa, na medida em que aumentavam as despesas com a guerra e diminuía o número dos aliados. O tesouro do império, alimentado pelo tributo dos aliados, teoricamente devia sustentar as despesas do império, servindo para armar as tropas e as frotas encarregadas da proteção dos aliados. Em verdade, os atenienses não tinham essa opinião e, pelo fato de garantirem a paz, achavam que dispunham da liberdade de recorrer ao tesouro conforme as suas conveniências, fossem quais fossem as despesas. Em consequência da ruína do império, Atenas perdeu a principal fonte de suas rendas. (JARDÉ, 1977: 178-179).

A recorrência ao tesouro da Confederação de Delos, também foi praticada por Péricles, mas para embelezar Atenas, na esperança de reconstruir os templos destruídos pelos persas. Assim, empregou o gênio dos artistas atenienses e o trabalho dos desocupados num ousado programa de embelezamento da Acrópole.

O estadista propôs aos cidadãos atenienses que o montante do tesouro da Confederação Délica, desnecessária à defesa comum das Cidades-Estado aliadas, fosse empregado no embelezamento de Atenas, que lhe parecia a legítima capital do grandioso império. A oposição foi radicalmente contra.

Quando o assunto entrou em votação, a derrota de Péricles parecia certa, mas o hábil estadista mudou o rumo das decisões. “Muito bem”, disse Péricles, “deixemos então que esses edifícios sejam financiados por mim

e não por vós, e deixemos que todas as inscrições sobre eles gravadas contenham o meu nome”.

A partir de tais palavras, todos mudaram de opinião e autorizaram Péricles a não olhar gastos, enquanto as obras não estivessem terminadas.

CONCLUSÃO

A antiga Cidade-Estado de Atenas concedeu ao mundo ocidental um referencial político: a democracia. A democracia ateniense estava associada à idéia de política, enquanto administração do Estado em função do bem comum. Para o cidadão ateniense, a política era a esfera da atividade do indivíduo em função do povo e para o povo.

A democracia ateniense é o resultado de um processo histórico. Não foi determinismo arbitrário da vontade dos deuses gregos, nem fruto do acaso. Trata-se de um processo histórico que remonta às suas origens, passando pela Monarquia, Oligarquia, Tirania e culminado com a famigerada Democracia.

Até mesmo a tirania grega foi uma forma de governo em função do bem comum. O tirano trabalhava pelo bem-estar e prosperidade do povo, diminuindo o privilégio da aristocracia. A política, enquanto atividade em função do interesse público, valorizando e viabilizando o bem comum, é característica do Estado ateniense.

A partir de Nicolau Maquiavel, considerado o pai da política como ciência, porque compreendeu sua desvinculação das esferas moral e religiosa, a política passou a ser entendida como luta pela manutenção do poder, desvinculando-se da idéia grega do bem comum, tão enfatizada em Atenas.

A democracia direta era a forma de governo de Atenas. Nela, o cidadão ateniense exercia a cidadania diretamente, isto é, sem mediação, sendo ao mesmo tempo, eleitor e político. Mas, por que a democracia direta foi possível? Devido ao número restrito de cidadãos. Tratava-se de uma democracia de poucos para poucos.

Será que a democracia direta é possível nas sociedades modernas?

O modelo de democracia direta não é mais possível nas sociedades atuais, porque os Estados modernos passaram por profundas mudanças

quantitativas e toda mudança quantitativa é acompanhada por mudança qualitativa: ganha-se em extensão, mas perde-se em profundidade, ganha-se quantidade, perde-se qualidade.

Os Estados modernos tornaram-se cada vez mais complexos, extensos, burocráticos e com população extremamente numerosa. A proposta de exercício direto da democracia pelo cidadão, já não é mais possível. A soberania popular passou a ser exercida pelo sufrágio universal, isto é, pelo voto direto e secreto, um direito constitucional.

As sociedades democráticas adotaram uma nova forma de democracia: a representativa. Nela, o cidadão elege representantes para o governo do Estado. O problema é que esses representantes, na grande maioria das vezes, esgotam suas energias na luta partidária pelo poder, sem atuação clara em prol do bem comum.

A democracia representativa elege representantes do povo, que deveriam exercer o poder pelo povo e para o povo. Contudo, a criatura ganha vida própria e passa a agir em função de seus próprios interesses, desvirtualizando a política.

O poder seduz, o poder corrompe. O poder e suas duas facetas.

Prof. Ms. Luciano Rosset

Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professor da Universidade São Judas Tadeu – USJT, do Centro Universitário Assunção – UNIFAI, da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção – PFTNSA e do Instituto Madre Mazzarello – IMM.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. coord. e rev. por Alfredo Bosi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- AUSTIN, Michel e VIDAL-NAQUET, Pierre. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. Trad. António Gonçalves e António Nabarrete. Lisboa: Edições 70, 1972.
- AYMARD, André e AUBOYER, Jeannine. *O Oriente e a Grécia Antiga*. Trad. Pedro Moacyr Campos. 5. ed. São Paulo: Difel, 1977. Tomo I.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

- JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo, Editora Herder, 1936.
- JARDÉ, A. *A Grécia Antiga e a vida grega*. Trad. Gilda Maria Reale Starzynski. São Paulo: EDUSP, 1977.
- HOUSSAYE, Henrique. *Aspásia – Cleópatra*. Trad. Vieira Neto. São Paulo: Paumape, 1995.
- MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. Trad. João Batista da Costa. 2. ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.